

Agricultura Familiar e Alimentação Escolar: a importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar nas escolas na perspectiva dos Agricultores Familiares de Base Ecológica do Município de Cerrito-RS

ALTEMBURG¹, Shirley Nascimento; BECKER², Rafael; DIAS³, Leonardo da Costa; BEZERRA⁴, Antônio Jorge Amaral; CALDAS⁵, Nádia Velleda

¹Universidade Federal de Pelotas / Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel; ² Universidade Federal de Pelotas / Faculdade de Jornalismo; ³ Universidade Federal de Pelotas / PPGSPAF/ NUPEAR; ^{4,5}Universidade Federal de Pelotas / Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Departamento de Ciências Sociais Agrárias/NUPEAR. nvcaldas@ufpel.edu.br .

1. INTRODUÇÃO

Respaldo na perspectiva de garantir aos escolares uma alimentação escolar adequada aos princípios nutricionais e sociais, o PNAE¹ constitui uma das estratégias da vigente política de segurança alimentar² e nutricional do país para combater a fome, a desnutrição e problemas relacionados às mudanças no padrão de consumo alimentar da população nas últimas décadas. Deste modo, o programa além de proporcionar que a alimentação dos alunos nas escolas aconteça de forma saudável ela também garante espaço para comercialização de alimentos, produzidos pela agricultura familiar, constituindo assim, uma ferramenta de auxílio ao desenvolvimento e valorização da mesma. Este programa regulamentado como política pública sofreu inúmeras transformações ao longo dos anos, porém no ano de 2009, essa política incorporou significativas mudanças que repercutiram no destino da produção agrícola familiar e interferiu na forma de como deve proceder a alimentação dos estudantes, através da regulamentação da Lei 11.947/2009, dentre as mudanças estão as contidas no Art. 2º que norteia as diretrizes sobre a alimentação escolar:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica.

No marco desta conquista, o extremo sul gaúcho movimenta-se de forma positiva possuindo fortes laços com a produção agrícola familiar e mais precisamente com a produção de base ecológica³. Neste sentido, temos como norte neste trabalho o conceito de agricultura familiar proposto por Wanderley, (2001), em que a mesma considera como agricultores familiares aqueles “em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” e, além disso, utiliza os valores culturais e os saberes locais no desenvolvimento de suas atividades. Nesta perspectiva, o município investigado neste trabalho [Cerrito] tem inserido-se com êxito nas relações que permeiam o PNAE, pois tem buscado adquirir a maior porcentagem possível de alimentos da agricultura familiar local. Neste sentido, o mesmo tem adquirido em média 93% dos alimentos destinados a merenda escolar da agricultura

¹ Programa Nacional de Alimentação Escolar

²De acordo com Hirai e Sacco dos Anjos (2007, p. 2), em nosso país a Política de Segurança Alimentar adquire maior destaque a partir da década de 90, quando seus objetivos centrais “voltaram-se não apenas à questão do suprimento das necessidades alimentares da população e autossuficiência nacional na produção agroalimentar, mas diante da incorporação de outros aspectos relativos ao acesso aos alimentos, carências nutricionais e qualidade dos alimentos”.

³ Neste projeto utilizamos o termo “produtos de base ecológica”, por entender que a produção dos mesmos inclui a dimensão ética, política, cultural, social, econômica e ambiental.

familiar, porém não tem como prioridade que seja da agricultura familiar de base ecológica, embora exista uma movimentação por parte dos gestores municipais para que isto aconteça. Outro ponto interessante neste município é que o mesmo iniciou a compra de alimentos da agricultura familiar antes mesmo da obrigatoriedade imposta pela legislação e este feito se deu através de iniciativas do órgão público municipal em conjunto com EMATER e os agricultores.

O objetivo principal deste trabalho é identificar como os agricultores familiares do município de Cerrito-RS percebem a importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar nas escolas.

2. MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho foi realizado no município de Cerrito no sul do Rio grande do Sul. Pauta-se em metodologia qualitativa, por considerar o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1995).

Para dar cabo do objetivo proposto, valemo-nos de dados oriundos de pesquisa exploratória (bibliográfica e documental), observações realizadas a campo e coleta de dados com roteiro de entrevistas (questões abertas). As entrevistas foram realizadas com os agricultores familiares que estão atuantes na entrega de alimentos para alimentação escolar, no período de março a maio de 2012. Deste modo buscou-se junto a cooperativa local [COAFAC], identificar e fazer contato com estes agricultores. As entrevistas foram realizadas nas propriedades dos agricultores que participaram da pesquisa, somando um total de 10 entrevistas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Garantir a aceitação de toda e qualquer política pública é difícil de promover, isto porque ela depende do ajuste de vários fatores. No caso da política em estudo, um afinamento entre o que pensam os diversos atores intervenientes desta cadeia é uma premissa básica para empreender tal sucesso.

Assim, saber o que pensam os agricultores sobre o consumo de seus produtos na escola é uma possibilidade de perceber o que de fato eles pensam sobre seus produtos. Para tal compreensão valemo-nos da teoria das representações sociais, pois como evidencia Moscovici (1979), a característica específica das representações é precisamente a de que elas “corporificam idéias” em experiências coletivas e interações em comportamento.

A partir das informações obtidas nas entrevistas e observações realizadas a campo, é possível perceber que para os agricultores familiares entrevistados, muito mais do que uma garantia de acesso ao mercado a venda de alimentos direto às escolas garante segurança alimentar das crianças na escola.

Os discursos que seguem, foram obtidos a partir da pergunta: Na sua opinião é importante as crianças receberem alimentos produzidos pela agricultura familiar na escola? Os trechos abaixo demonstram a preocupação supracitada,

“Eu acho muito mais saudável que ver as crianças, que eu vejo nesses armazinhos pequenos aí na hora do recreio, vão com 5 pila lá vem trazendo coisa, hoje em dia a maioria dos produtos que eles estão comprando é salgadinho e coisas que tem supérfluo, coisas que tem no meio é.. corante, e essas coisas que não é saudável, artificial. Isso aí é um baita erro, eu quero vê daí a trinta, quarenta anos não têm perigo de estar vivo”. (Agricultor A, março de 2012).

“E a criança que comer já tá sabe que é alimento colhido daqui”. “Ah de onde é que vocês estão comendo isso aqui”? Ah não sei de onde vem desses mercados. “Agora não, agora tá sendo daqui”. (Agricultor B, maio de 2012).

Pensando sob este prisma, Maluf escreveu que:

“O acesso a alimentos engloba não apenas comer regularmente, mas também comer bem, com alimentos de qualidade e adequados aos hábitos culturais, com base em práticas saudáveis e que preservem o prazer associado à alimentação. Essa perspectiva aplica-se também para os indivíduos ou grupos com maior vulnerabilidade à fome, pois não se trata de assegurar-lhes qualquer alimento”. MALUF, 2007, p. 25)

Ainda podê-se extrair dos discursos dos agricultores a satisfação de possuir um acesso seguro aos mercados, uma vez que para esta categoria social garantir a venda e valorização de seus produtos é assegurar a sua própria valorização.

Como alude Belik e Chaim, (2010), o PNAE sobre tudo é uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento e valorização da agricultura familiar, entretanto para que funcione é necessário que exista um entendimento da administração local sobre a importância de lançar mão de mecanismos que impulsione o acesso desta categoria aos mercados locais.

Os trechos que seguem reinteram esta questão demonstrando como de fato para os agricultores o PNAE é uma garantia de acesso aos mercados,

“Porque as vezes o pessoal reclamava que não adianta agente planta se não tem pra quem vender, e tendo o negócio da merenda escolar, agente planta sabendo que tem aonde colocar aquele produto”.(Agricultora C, abril, 2012).

[...]é agente vê com outros olhos, olhos de agente ganhar uns trocos pra gente sobreviver. e que tá fazendo o bem pros alunos nas escolas[.](Agricultor D, junho de 2012).

4. CONCLUSÕES

Como é possível verificar através dos resultados o PNAE se apresenta como um forte apoio a reprodução da categoria social agricultura familiar no município estudado. E como os próprios agricultores expressam, é de extrema importância para garantir a segurança alimentar nas escolas. Isto porque os alimentos fornecidos aos escolares através do programa, percorrem cadeias curtas o que garante a qualidade e procedência dos alimentos produzidos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL, Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009, Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm>. Acesso em Junho 2011.
- BRASIL, Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 16 de julho de 2009, Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/areas/gapp/arquivos/res_alimentacao_escolar.pdf>. Acesso em Junho 2011.
- BELIK, Walter ; [CHAIM, Núria Abrahão](#) . A gestão do programa nacional de alimentação escolar e o desenvolvimento local - 23 a 27/07/2006. In: XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2006, Fortaleza. Anais do XLIV Congresso da Sober, 2006.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER. J. A. *Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: MDA/SAF/DATER/-IICA, 2004. 166 p.
- HIRAI, W. G., SACCO DOS ANJOS, F. Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil. *Revista Virtual Textos & Contextos* Nº 8, ano VI, dez. 2007.
- MALUF, R. S. J. **Segurança Alimentar e Nutricional: Conceitos fundamentais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007. 174 p.
- MOSCOVICI, Serge. (1979). *El psicoanálisis, su imagen y su público*. Buenos Aires: Editorial Huemul.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, p. 7-29. (Coleção Temas Sociais). 1995
- WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos. **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: UPF, 2001, p. 21-55.**